

dade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional e o risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas. Em 31 de dezembro de 2022 a exposição máxima é de R\$57.843 mil no consolidado e R\$12 mil na controladora (R\$54.721 no consolidado e R\$90 na controladora em 2021) referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. **18.5. Gestão de capital:** A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia e suas controladas define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Diretoria também monitora o nível de dividendos para seus sócios. **18.6. Análise dos instrumentos financeiros:** É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Valor contábil		Valor justo	
	2022	2021	2022	2021
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	715	943	715	943
Aplicações financeiras	46.196	41.569	46.196	41.569
Contas a receber	10.932	10.981	10.932	10.981
Outras contas a receber	-	1.228	-	1.228
Total	57.843	54.721	57.843	54.721
Passivos financeiros				
Fornecedores	1.415	5.866	26.039	10.344
Financiamentos	300.565	320.557	412.866	352.622
Total	301.980	326.423	438.905	362.966

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos. Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos.

VENTOS FORTES GERADORA EÓLICA S.A.

18.7. Instrumentos financeiros por categoria

Consolidado	2022		
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	715	46.196	-
Contas a receber	10.932	-	-
Outras contas a receber	-	-	-
Total	11.647	46.196	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	1.415
Financiamentos	-	-	300.565
Total	-	-	301.980

Consolidado	2021		
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	943	41.549	-
Contas a receber	10.981	-	-
Outras contas a receber	1.228	-	-
Total	13.152	41.549	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	5.866
Financiamentos	-	-	320.557
Total	-	-	326.423

18.8. Hierarquia de valor justo: A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2:** inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2. **18.9. Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros:** O principal risco atrelado às operações

da Companhia e suas controladas está ligado a variação do CDI para aplicações financeiras e TJLP para os financiamentos. As aplicações financeiras estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e financiamentos aos quais a Companhia e suas controladas estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida para os próximos 12 meses a média de 12,39% (4,42% em 2021) para o CDI e 7,20% (5,32% em 2021) para a TJLP, sendo estes definidos como cenário provável, e a partir deste, foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente:

Operação	Exposição	Risco	Provável	Aumento		Redução	
				25%	50%	25%	50%
Aplicação financeira							
Receta financeira	4.299	CDI 12,39%	533	666	800	400	267
Financiamentos		TJLP					
(-) Despesa financeira	25.893	7,20%	1.864	2.330	2.796	1.398	932
Resultado financeiro			(1.331)	(1.664)	(1.996)	(998)	(665)

19. EVENTOS SUBSEQUENTES

Supremo Tribunal Federal (STF) muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária. Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227. Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido. A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que desde a sua data de constituição em 2010, não foi citada em nenhum processo de polo ativo ou passivo. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas não se beneficiaram tributariamente de nenhuma decisão anteriormente julgada em última instância no STF. Diante dos fatos supracitados, a decisão do STF não resulta, em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

CONTADOR

Cleiton Lameira Falcí - CRC 1SP 252875/O-1 - S- RN

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Diretores da Ventos Fortes Geradora Eólica S/A - Pedra Grande/RN

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Ventos Fortes Geradora Eólica S/A ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ventos Fortes Geradora Eólica S/A em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Ventos Fortes Geradora Eólica S/A, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das

demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos

opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-a nos responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 06 de março de 2023.
BDO RCS Auditores Independentes S5
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - RN

Andreia Gini de Souza
Contadora CRC 1 SP 270317/O-9 - S - RN

Governo ofereceu R\$ 60 mi contra CPMI, diz deputado

« EMENDAS » Ubiratan Sanderson (PL/RS) foi às redes e disse que Poder Executivo condicionou liberação de recursos à retirada de assinaturas

LUIS MACEDO/CÂMARA DOS DEPUTADOS



Ubiratan Sanderson não apresentou provas de acusações feitas

O deputado gaúcho Ubiratan Sanderson (PL) foi às redes sociais e fez grave acusação contra o Governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. De acordo com o deputado, representantes do Executivo entraram em contato com parlamentares oferecendo a liberação de R\$ 60 milhões em emendas "RP2" para os parlamentares que retirassem suas assinaturas para instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que visa investigar os atos de 8 de janeiro. O parlamentar, contudo, não apresentou provas sobre o caso.

Atualmente, a CPMI conta com assinaturas de 186 deputados e 33 senadores, número mais que suficiente para a instalação imediata da investigação. Já havia rumores de que parlamentares em primeiro mandato receberam ameaças de

não terem a liberação das emendas caso mantenham as assinaturas. Ontem, contudo, houve a nova acusação.

As emendas RP2 são desti-

nações de recursos indicadas pelas bancadas parlamentares, mas não são impositivas. Assim, cabe ao Governo Federal a liberação dos valores de acordo com

critérios que não são claros, o que faz com que o Executivo, historicamente, utilize a liberação dos recursos como forma de barganhar apoio.

Na postagem do deputado Ubiratan Sanderson, ele afirma categoricamente que recebeu informações nesse sentido. "Recebi a informação de que emissários do governo Lula estão oferecendo R\$ 60 milhões em emendas para quem retirar a assinatura do requerimento para instalação da CPMI do 8 de janeiro. Em confirmando, vou buscar responsabilizar os envolvidos pela prática de corrupção ativa e passiva", afirmou o parlamentar.

Até o início da noite de ontem, o Governo Federal não havia se manifestado sobre a acusação, assim como o parlamentar não apresentou elementos que comprovem a suposta tentativa por parte do Executivo.

« JUDICIÁRIO »

Gilmar Mendes vê 'urgência' para regular redes sociais

Ministro do STF afirma que está convencido da necessidade de legislação sobre o tema

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse, na terça-feira, 7, estar "absolutamente convencido de que urgente a disciplina das redes sociais". A fala do ministro foi feita em evento de comemoração aos 35 anos da Advocacia-Geral da União (AGU). "É fundamental que as plataformas sejam legalmente responsabilizadas por suas ações ou por suas omissões", sustentou em sua fala.

No entendimento do ministro, decano da Corte, a falta de regulamentação sobre o conteúdo que é propagado nas redes tem contribuído com a impunidade e pode ser comparado a crimes diversos.

"É fundamental que, naquele cardápio de medidas que já estão previstas na legislação, como não divulgação de notícias que atentem contra a moral, bons costumes, divulgação de pedofilia, ou de outras situações criminosas, que também se insira a defesa da democracia", defendeu o ministro.

O ministro Gilmar Mendes destacou ainda a importância de ações que discutem a constitucionalidade do artigo 19 do Marco Civil da Internet seja julgada em breve pelo Supremo Tribunal Federal. O magistrado destacou que essa questão "tal-

vez seja a mãe de todas as batalhas". O dispositivo estabelece que as plataformas só podem ser responsabilizadas por conteúdos de terceiros se deixarem de atender a uma ordem judicial de remoção. Uma audiência pública sobre o tema foi marcada no STF para o dia 28 de março e é grande a expectativa sobre como os ministros vão tratar do tema, que teve grande destaque durante as eleições de 2022, principalmente.

O ministro citou o caso da Alemanha na regulação das redes sociais como um exemplo de que é possível fixar parâmetros para a atuação das plataformas sem violação da liberdade de expressão, um dos maiores temores por parte dos que defendem que ocorra o mínimo de influência sobre a divulgação de conteúdo no Instagram, Facebook, WhatsApp, TikTok, Kwai e demais redes utilizadas ao redor do Brasil.

Antes da fala de Gilmar Mendes no evento direcionado, principalmente, a juristas, o advogado-geral da União, Jorge Messias, enfatizou a recente criação da Procuradoria Nacional da União de Defesa da Democracia (PNDD) para atuar no combate à desinformação e aos ataques às instituições democráticas. Gilmar Mendes elogiou a medida e afirmou que é fundamental responsabilizar não só os "zumbis" que participaram dos atos golpistas de 8 de janeiro, mas também aqueles que os incentivaram e, possivelmente, financiaram os ataques.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE/RN
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO N.º 007/2023
A Prefeitura Municipal de Monte Alegre/RN, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público que realizará a licitação acima epigrafada, conforme:

DATA E HORA DE INÍCIO DAS PROPOSTAS:	09H:00M DO DIA 08/03/2023 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA E HORA LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO:	09H:00M DO DIA 15/03/2023 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS:	09H:00M DO DIA 20/03/2023 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS - SESSÃO PÚBLICA:	09H:01M DO DIA 20/03/2023 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).

OBJETO: Formação de registro de preços para aquisição de Gêneros alimentícios. – Esclarecimentos e o Edital no horário das 08:00 às 14:00 horas, na sala da Comissão, localizada na Prefeitura Municipal, Avenida Juvenal Lamartine nº 33, Centro, Monte Alegre/RN – pelo e-mail: licitacao@montealegre.rn.gov.br. Fone: 84-32764000, site www.montealegre.rn.gov.br ou pelo site do Portal de Compras Públicas onde será conduzido o presente certame www.portaldecompraspublicas.com.br.

Monte Alegre-RN, 07 de março de 2023
RAPHAEL TADEU XAVIER DE ABREU
Pregoeiro

NEOENERGIA COSERN

Aviso de Desligamento Programado para Ampliações e Melhorias na Rede Elétrica

Para realizar serviços de manutenção e melhorias na rede elétrica, será necessário interromper, temporariamente, o fornecimento de energia na(s) seguinte(s) área(s):

17/03/2023 (Sexta-Feira)
Das 08h00min às 12h00min
Município: Pamamirim. Bairro: Parque de Exposições. Av. Bela Pamamirim e Adjacências. (172 Clientes)
Município: Tenente Laurentino Cruz. Localidade: Sítio Lanchinha e Adjacências. (10 Clientes)
Município: Natal. Bairro: Cidade Nova. Rua Ivo Furtado e Adjacências. (302 Clientes)
Das 08h00min às 13h00min
Município: Caicó. Bairro: Centro. Rua Boa Vista e Adjacências. (107 Clientes)
Das 13h00min às 17h00min
Município: Jardim do Serridó. Bairro: Outros. Rua Manoel Martiniano e Adjacências. (67 Clientes)
Das 13h30min às 17h00min
Município: Caicó. Localidade: Sítio Nova Olinda e Adjacências. (1 Cliente)
Das 14h00min às 17h00min
Município: Natal. Bairro: Pitimbu. Rua Serra da Jurema e Adjacências. (99 Clientes)
Município: Natal. Bairro: Ponta Negra. Av. Praia de Pirangi e Adjacências. (75 Clientes)

18/03/2023 (Sábado)
Das 08h00min às 12h00min
Município: Natal. Bairro: Pitimbu. Av. dos Caiapós e Adjacências. (85 Clientes)
Município: Tibau do Sul. Bairro: Pipa. Av. Baía dos Golfinhos e Adjacências. (61 Clientes)
Município: Pamamirim. Bairro: Nova Pamamirim. Av. Abel Cabral e Adjacências. (84 Clientes)
Das 08h30min às 12h30min
Município: Ielmo Marinho. Bairro: Centro. Rua Bartolomeu Barbosa e Adjacências. (130 Clientes)
Das 14h00min às 17h00min
Município: Natal. Bairro: Cidade Nova. Rua Lago da Pedra e Adjacências. (114 Clientes)

19/03/2023 (Domingo)
Das 08h00min às 12h00min
Município: Natal. Bairro: Candelária. Av. Prudente de Moraes e Adjacências. (45 Clientes)

20/03/2023 (Segunda-Feira)
Das 08h30min às 13h00min
Município: São João do Sabugi. Localidade: Fazenda Sacramento e Adjacências.
Das 13h30min às 17h00min
Município: Caicó. Localidade: Sítio Riacho da Serra e Adjacências. (10 Clientes)
Das 14h00min às 17h00min
Município: Pamamirim. Bairro: Parque das Nações. Av. Olavo Montenegro e Adjacências. (4 Clientes)

Importante: Sem prévio aviso, essas programações podem sofrer atrasos ou ser canceladas por impedimentos técnicos. Caso os trabalhos sejam concluídos antes do horário previsto, a rede será energizada sem qualquer outra comunicação.

NEOENERGIA COSERN SERVIÇOS
116 é o teleatendimento da Neoenergia Cosern para serviços de emergência. Antes de qualquer ligação para comunicar falta de energia, verifique o disjuntor de sua instalação. Ao fazer a sua reclamação, informe o número da sua conta-contrato indicada na sua conta de energia, isso facilitará o atendimento.

www.neoenergiascosern.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI/RN
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 002/2023 (EXCLUSIVA PARTICIPAÇÃO MPE)
O Município de São Paulo do Potengi/RN, através de seu Pregoeiro, torna público que promoverá em 20 de março de 2023, às 10h00min, na Rua Bento Urbano, 04, Centro, São Paulo do Potengi/RN, na Sede da Prefeitura, a Licitação – PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 002/2023, objetivando Registro de Preços para contratação dos serviços de arbitragem para eventos esportivos para atender as demandas da Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer – SEMJEL do Município de São Paulo do Potengi/RN, conforme especificações contidas no Anexo I. O Edital encontra-se disponível na sede da Prefeitura, Rua Bento Urbano, 04, Centro, São Paulo do Potengi/RN, no horário das 08h00min às 13h00min, de segunda a sexta-feira ou através do e-mail: licitacao@saopaulodopotengi.rn.gov.br.

São Paulo do Potengi/RN, em 07 de março de 2023
Jackson Araújo Duarte
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA/RN
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 006/2023
A Prefeitura Municipal de Goianinha/RN, através da sua comissão oficial, torna público que realizará a licitação, acima epigrafada conforme OBJETO: Registro de Preço para contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção corretiva e/ou preventiva para a frota de veículos pesados da Prefeitura Municipal de Goianinha/RN, com reposição de peças originais ou novas (primeiro uso). – Início de acolhimento das propostas: 14:00 horas do dia 09/03/2023 – 14:00 horas do dia 27/03/2023. E Abertura das propostas: às 14:00 horas do dia 27/03/2023, início da sessão de disputa de preços: às 14:01 horas do dia 27/03/2023. HORÁRIO DE BRASÍLIA. Esclarecimentos e o Edital no horário das 08:00 às 13:00 horas, na sala da Comissão, localizada na Prefeitura Municipal de Goianinha/RN, Rodovia RN 003, km 053, nº 96, Centro, Goianinha/RN. Fone (0xx84) 3243-3900 – pelo e-mail: c.p.l.g.o.i.a.n.i.n.h.a.2.0.2.2.@.g.m.a.i.l.c.o.m.o.u.p.e.l.o.s.i.t.e www.portaldecompraspublicas.com.br.

Goianinha/RN, 07 de março de 2023
A comissão

PETROBRAS **GOVERNO FEDERAL**
BRASIL
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.
A Petróleo Brasileiro S/A. UN-RNCE, CNPJ 33.000.167/1049-00, torna público que recebeu do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA:

CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO
Renovação de Licença de Operação nº 2020-153626/TEC/RLO-0952, com validade até 27/05/2024, para o poço petrolífero 7-CAM-0983-RN, localizado no Campo de Produção de Canto do Amaro (CAM), Município de Mossoró/RN.

CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA SIMPLIFICADA
Renovação de Licença Simplificada nº 2023-190341/TEC/RLS-0031, com validade até 20/06/2026, para 01 acesso ao poço petrolífero 7CAM1166RN, localizado no Campo de Produção de Canto do Amaro (CAM), Município de Mossoró/RN.

Renovação de Licença Simplificada nº 2022-188156/TEC/RLS-0229, com validade até 13/05/2026, para 02 acessos aos poços petrolíferos 7CAM1370DRN e 7CAM1468DRN, localizados no Campo de Produção de Canto do Amaro (CAM), Município de Mossoró/RN.

Renovação de Licença Simplificada nº 2022-188791/TEC/RLS-0002, com validade até 03/06/2026, para 01 acesso ao poço petrolífero 7CAM1429RN, localizado no Campo de Produção de Canto do Amaro (CAM), Município de Areia Branca/RN.

JOSÉ HARLEN ALBINO DANTAS
Gerente Geral da UN-RNCE